

ATA NÚMERO 133/XII (3.ª)

Aos vinte e três dias do mês de outubro de 2013, pelas 09 horas e 10 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 5 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

09:00 horas:

Audição do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

10:30 horas:

1 — Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados:

2 — Apreciação e votação do parecer sobre a proposta de lei n.º 177/XII (3.ª) — Aprova as Grandes Opções do Plano para 2013:

Relator(a): Deputado Jacinto Serrão (PS);

3 — Apreciação e votação do parecer sobre a proposta de lei n.º 178/XII (3.ª) — Aprova o Orçamento do Estado para 2013:

Relatora: Deputada Lídia Bulcão (PSD);

4 — Apreciação e votação das Atas n.ºs 127, 128 e 129;

5 — Outros assuntos.

Pelo facto de o Senhor Presidente, Deputado Mendes Bota, se encontrar ausente em trabalho parlamentar, a presente reunião foi presidida pelo Senhor Vice-Presidente, Deputado Jacinto Serrão.

Dando início à audição, o Senhor Presidente em exercício agradeceu a presença do Senhor Presidente do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, SA, Alberto da Ponte,

bem como dos Vogais do Conselho de Administração, Luiana Nunes e Beato Teixeira, e explicou a metodologia dos trabalhos.

Tendo o Presidente do Conselho de Administração da RTP solicitado à Comissão a sua autorização para fazer uma intervenção inicial, e não havendo qualquer oposição, foi-lhe concedida a palavra pelo Senhor Presidente em exercício.

Já no uso da palavra, sublinhou que muitas das questões levantadas no requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS no dia 27 de setembro já se encontravam ultrapassadas com a apresentação do novo contrato de concessão do serviço público de rádio e televisão; que, quanto à ausência de uma análise concertada na RTP, o Conselho de Administração recebeu várias vezes o Conselho de Opinião e o Conselho de Acompanhamento da RTP2, teve várias reuniões com a ERC e dezenas de reuniões com os sindicatos; que nunca houve qualquer tentativa de pressão ou de governamentalização da empresa; que o problema do financiamento estava resolvido; que o processo de convergência em curso não tiraria qualquer autonomia às editorias; que os quatro eixos do plano da RTP têm a ver com o crescimento da receita e a preferência do consumidor, a inovação total, o redimensionamento e a transformação organizacional, sendo mais um programa de desenvolvimento do que de redimensionamento propriamente dito; que, em relação às audiências, o total dos canais da RTP tinha em Janeiro/Maio uma quota de 14.4 mas que à data era de 16.6 e que o *gap* em relação ao operador imediatamente à frente da RTP diminuiu de 8.5 para 2.8.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Delgado Alves e Fernando de Jesus (PS), Carla Cruz (PCP), Cecília Honório (BE), Raúl de Almeida (CDS-PP) e Carla Rodrigues (PSD).

O Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS), do grupo parlamentar autor do requerimento que deu origem à presente audição, colocou questões relativas à dimensão do financiamento do serviço público de rádio e televisão face ao fim da indemnização compensatória e à subida anunciada da CAV; à sustentabilidade da empresa face a tantos constrangimentos; ao eixo de redimensionamento da empresa e à externalização da produção da RTP; à identificação das áreas em que há trabalhadores a mais e em que pode haver uma redução adicional; e às soluções possíveis para o problema de financiamento da empresa neste ano orçamental.

O Senhor Deputado Fernando Jesus (PS), também do grupo parlamentar autor do requerimento que deu origem à presente audição, referiu-se ao futuro da RTP, à reestruturação, recursos humanos e produção de conteúdos por parte do Centro de Produção do Porto e à possibilidade de a RTP2 passar para o Porto.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) colocou questões sobre a falta de capacidade do Centro de Produção do Porto para receber a RTP Internacional; o desmantelamento da empresa e o seu financiamento, a sua falta de rumo; a redução de pessoal e da massa salarial; os 300 trabalhadores que vão passar para uma outra empresa; os custos que vão advir para a RTP com o fim da produção própria e a externalização de serviços; o futuro dos centros de produção da RTP dos Açores e da Madeira; a finalidade da nova empresa criada na área das parcerias tecnológicas; e as delegações da rádio do Porto, Coimbra e Faro.

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) referiu-se ao decréscimo das receitas comerciais, à quebra nas audiências, ao clima de guerra interna que se vive na empresa e ao despedimento de trabalhadores; à falta de confiança dos trabalhadores no Diretor de Informação; à privatização sectorial da RTP e à externalização de serviços; ao aumento da CAV e ao destino dos centros regionais.

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) abordou o futuro do Centro de Produção do Porto, voltado essencialmente para a RTP2 ou para um centro internacional de grande relevância; a possibilidade de novas RTP internacionais vocacionadas para determinadas regiões do globo; a captação de receitas por parte da empresa; e o novo modelo de governação da RTP.

A Senhora Deputada Carla Rodrigues (PSD) referiu-se às perspetivas de angariação de receitas publicitárias ou comerciais, como, por exemplo, a rentabilização de equipamentos; à nova aposta na RTP Internacional; ao financiamento existente; à análise dos setores da RTP com excesso de recursos humanos e à possibilidade de não se proceder a despedimentos mas, sim, a redução dos horários de trabalho; e aos custos sociais que a RTP está disposta a suportar.

O Senhor Presidente do Conselho de Administração da RTP respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados, no seguimento das respetivas intervenções, tendo salientado que o problema de financiamento que a empresa atravessava este ano, com o fim da indemnização compensatória, ficaria resolvido com o Orçamento do Estado e com o aumento da contribuição

para o audiovisual; que estavam a ser estabelecidas parcerias tecnológicas e acordos com pequenas empresas ligadas ao setor.

Adiantou que, apesar de o Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional ter revelado no passado dia 9 de outubro que a RTP Internacional poderia ter a sua sede no Porto, ele próprio já tinha tido a ocasião de explicar ao governante que não havia espaço no centro de produção do Porto para a RTP Internacional; que a capacidade de produção da RTP no Porto ficará esgotada com a programação da RTP2; que o contrato de concessão de serviço público prevê, na sua Cláusula 19, que o concessionário do serviço público «deve manter um mínimo de produção interna» e daí a operação de externalização que está a ser montada; que, em relação aos Açores e Madeira, está em estudo uma proposta para se fazer uma sociedade participada a 51% pela RTP e a 49% pelos governos regionais ou por outros que se entendessem candidatar (ficando a maioria do capital na posse da RTP), solução que permitirá manter o perfil de programação atual dos dois centros de produção.

O Senhor Presidente do Conselho de Administração da RTP referiu que há uma possibilidade de decréscimo de efetivos e que, se houver cedências ou boas negociações, por exemplo, em relação a determinadas regalias que neste momento são atribuídas no âmbito do acordo de empresa, será perfeitamente possível minorar o custo social de todo esse processo; e que as avaliações feitas recentemente aos trabalhadores decorrem da gestão normal da empresa e servem para perceber onde há excedente e onde há falta de profissionais; que está a ser constituído um grupo de trabalho com representantes da RTP e dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Economia para estudar uma nova configuração da RTP Internacional.

Na segunda ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Inês de Medeiros (PS), Carla Cruz (PCP), Cecília Honório (BE) Pedro Morais Soares (CDS-PP) e Lídia Bulcão (PSD).

O Senhor Presidente do Conselho de Administração da RTP respondeu, no final e em bloco, às questões colocadas, resposta que foi completada com a intervenção de António Beato Teixeira, membro do Conselho de Administração da RTP.

O Senhor Presidente em exercício da Comissão deu por encerrada a audição dos membros do Conselho de Administração da RTP.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

A presente audição foi gravada, existindo o seu registo vídeo disponível para consulta em http://srvvideo2.parlamento.pt/videos-canal/XII/SL3/02_com/12_cpecc/20131023cpecc.wm, razão pela qual não se faz o seu desenvolvimento nesta sede.

Entrando no período da Ordem do Dia, foram tratados assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados.

Passando ao segundo ponto da Ordem do Dia, o Senhor Deputado Jacinto Serrão (PS) fez a apresentação do parecer sobre a proposta de lei n.º 177/XII (3.ª) — Aprova as Grandes Opções do Plano para 2013 —, que pode ser consultado em <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=37989>, tendo concluído que a iniciativa, na parte relativa à Cidadania e à Comunicação Social, reúne os requisitos constitucionais e regimentais para ser apreciada e votada pelo Plenário da Assembleia da República, reservando os grupos parlamentares as suas posições para o debate.

Submetido à votação, o parecer foi aprovado, com votos a favor do PS, PSD e CDS-PP e votos contra do PCP, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do BE.

Entrando no terceiro ponto da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Lídia Bulcão (PSD) apresentou o parecer sobre a proposta de lei n.º 178/XII (3.ª) — Aprova o Orçamento do Estado para 2013, que pode ser consultado em <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=37987> sublinhando que esta iniciativa, no que respeita à área da Comunicação Social e Igualdade de Género, está em condições de ser remetida à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, para os efeitos legais e regimentais previstos, assim como de, posteriormente, ser apreciada e votada na generalidade pelo Plenário da Assembleia da República.

Submetido à votação, o parecer foi aprovado, com votos a favor do PSD e CDS-PP e a abstenção do PS, tendo-se registado a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e do BE.

Por último, foram aprovadas as Atas n.ºs 127 a 129, tendo-se registado a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e do BE.

.A presente reunião foi gravada, existindo o seu registo áudio disponível para consulta em http://srvvideo3/site/XIILEG/3SL/COM/12-CPECC/CPECC_20131023_2.mp3, razão pela qual não se faz o seu desenvolvimento nesta sede.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas 12 horas e 30 minutos, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

Palácio de São Bento, 23 de Outubro de 2013

O VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Jacinto Serrão)

Folha de presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Sofia Bettencourt

Carla Cruz

Carla Rodrigues
Cecília Honório
Francisca Almeida
Inês de Medeiros
Jacinto Serrão
Lídia Bulcão
Luís Pita Ameixa
Maria da Conceição Caldeira
Odete Silva
Pedro Delgado Alves
Pedro Morais Soares
Raúl de Almeida
Rosa Arezes
Sérgio Azevedo
Fernando Jesus
João Lobo
José Lino Ramos
Margarida Neto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Portugal
Paulo Rios de Oliveira

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto
João Paulo Correia
Mendes Bota

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 17/12/2013.